

Milei desvaloriza peso, reduz subsídio sobre tarifas e amplia programa social

Medidas incluem suspensão de obras públicas, cancelamento de repasses às províncias e devem provocar aumento de contas de energia e do preço dos transportes

CAROLINA MARINS
ENVIADA ESPECIAL A BUENOS AIRES

O governo de Javier Milei finalmente anunciou ontem seu tão aguardado plano para conter a inflação e tirar a Argentina da crise. Em vídeo gravado, o ministro da Economia, Luis Caputo, listou dez medidas, entre elas a redução de subsídios, o cancelamento de repasses às províncias, a suspensão de obras públicas e a desvalorização do peso pela metade. No fim da mensagem, ele garantiu a duplicação de dois programas sociais: o benefício universal por filho e a assistência alimentar.

Antes de anunciar as medidas, Caputo teve o cuidado de contextualizar a crise. "A origem do nosso problema sempre foi o déficit fiscal. Dos últimos 123 anos, a Argentina teve déficit em 113. Ou seja, viveu em déficit e teve de encontrar formas de se financiar, o que foi feito com dívida ou emissões." Para o ministro, não adianta reestruturar a dívida argentina. "Já reestruturamos nove vezes. Se isso fosse a solução, seríamos a Suíça."

Após a breve introdução, Caputo anunciou a lista de medidas, a começar pela não renovação dos contratos de trabalho com vigência inferior a um ano, segundo o ministro, "uma prática comum na política de incorporar parentes e amigos antes de uma mudança de governo para manter privilégios".

Uma das medidas mais explosivas é a redução dos subsídios para contas de energia e transporte. Embora não tenha anunciado o tamanho do corte, a decisão significará um aumento nas contas de eletricidade e gás, além de um aumento nas tarifas de trem e ônibus, o que terá um grande impacto na capital e na Grande Buenos Aires.

Alguns pontos já haviam sido anunciados, como a suspensão por um ano da publicidade oficial na imprensa e a redução drástica dos ministérios, 18 para 9, e das secretarias, de 106 para 54 - que, segundo Caputo, reduzirá em mais de 50% os cargos no serviço público e em 34% do número de cargos políticos.

O dólar oficial, que no gover-



Caputo durante pronunciamento na TV em bar de Buenos Aires: ajuste fiscal radical para conter a crise inflacionária na Argentina

- Medidas**
- Não renovar contratos de trabalho com vigência inferior a um ano
 - Interromper por um ano a publicidade do governo na imprensa
 - Reduzir os ministérios de 18 para 9 e as secretarias de 106 para 54
 - Reduzir "ao mínimo" as transferências do governo nacional para as províncias argentinas
 - Não promover novas

- licitações de obras públicas e cancelar as licitações de obras que ainda não começaram
- Reduzir os subsídios para energia e transportes
- Desvalorização da moeda argentina pela metade, com a fixação do dólar em 800 pesos
- Substituição do sistema de importações por um que não exigirá informações de licença prévia
- O benefício universal por filho e a assistência alimentar serão duplicados

no de Alberto Fernández era vendido a 400 pesos, está duas vezes mais caro, mas ainda abaixo do que é cobrado no mercado paralelo. O "blue", como é chamado, estava cotado ontem a 1.050 pesos.

Caputo também reduziu drasticamente as remessas de recursos para governos provinciais, que usam o dinheiro enviado pelo Estado para financiar despesas em saúde, educação e segurança. Muitos governadores já expressaram preocupação e alertaram para o ris-

co de uma crise fiscal de consequências graves.

CORUPÇÃO. O governo também não fará mais licitações para obras públicas e cancelará as licitações cujas obras não tiverem começado. O ministro associou essa medida ao controle da corrupção. "Não há dinheiro para pagar por mais obras públicas que, como todos sabemos, muitas vezes acabam nos bolsos de políticos e empresários."

Antes de encerrar a mensa-

gem, Caputo demonstrou preocupação com possíveis distúrbios sociais e prometeu não apenas manter, como ampliar alguns programas, incluindo o benefício universal por filho, criado por Cristina Kirchner, e o "Cartão Alimentar", de assistência aos mais pobres. "Em razão de toda esta situação de emergência que vamos viver, o presidente nos pediu para nos concentrarmos nas pessoas que podem sofrer mais", afirmou.

A divulgação do pacote estava prevista para segunda-feira, mas havia sido adiada para às 17 horas de ontem, por meio de um vídeo gravado. No entanto, o anúncio sofreu um novo atraso de cerca de duas horas em razão de ajustes que obrigaram o ministro a regravar a mensagem.

PROMESSAS. Em seu primeiro discurso para presidente, Milei destacou que pretendia conduzir uma política de "choque" e não havia "tempo para gradualismos".

"Para fazer algo gradual é preciso ter financiamento. Mas, lamentavelmente, devo dizer, de novo, que não temos dinheiro", afirmou o presidente, que domingo, na sua posse, havia prometido um tarifação "sem anestesia".

Desde que foi eleito presidente, Milei vem alertando que a situação econômica da Argentina deve piorar muito nos próximos meses, com a inflação escalando a níveis muito acima dos atuais, antes de apresentar qualquer melhora. O país deve fechar o ano com inflação de até 180%, segundo economistas do governo, e a taxa deve continuar subindo com força nos primeiros meses de 2024.

Herança
Novo presidente atribui culpa por uma inflação plantada de 15.000%

Em um movimento para se blindar de possíveis críticas, caso a situação econômica não melhore no médio prazo, o presidente atribuiu ao governo peronista a culpa por uma "inflação plantada de 15.000%".

O libertário, no entanto, teve de abandonar suas promessas mais ousadas, pelo menos por enquanto: dolarizar uma economia que não tem oferta de dólares e exterminar com o Banco Central em um país que não pode abrir mão de uma política monetária. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional Caderno: A Pagina: 13